

Qualidade e Políticas Públicas na Educação 6

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

6

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 6 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-013-1

DOI 10.22533/at.ed.131181912

1. Aprendizagem. 2. Educação e estado. 3. Prática pedagógica.
4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As práticas pedagógicas ou práticas docentes significam o trabalho que professores realizam com crianças, adolescentes, adultos e idosos, nas salas de aula ou em espaços pedagógicos diversos. Na prática o professor poderá assumir perspectivas bem diferentes daquelas que estão preconizadas na legislação educacional e naquilo que ele aprendeu em sua formação inicial.

A prática pedagógica envolve o conhecimento teórico das áreas disciplinares, mas vai além, como demonstram os artigos contidos neste volume. As práticas envolvem também a organização do espaço pedagógico, o planejamento das atividades que serão realizadas, a relação professor e alunos, alunos e alunos, a avaliação como meio de aprendizagem, o acompanhamento realizado por coordenadores pedagógicos junto aos professores.

Em se tratando da utilização de materiais pedagógicos, alguns artigos abordam que o jogo é o principal recurso no processo do desenvolvimento psicossocial do sujeito de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, a prática docente que tende a valorizar e a respeitar os conhecimentos elaborados pelo próprio aluno, efetiva-se mediante diferentes registros (desenhos, relatos, textos e cálculos), mediante a adoção de materiais didáticos diversificados (ábacos, material dourado, sólidos geométricos, embalagens, palitos de sorvete, tampinhas de garrafas, calculadora, computadores, entre outros).

Uma prática fundamentada no conhecimento teórico e alinhada com a utilização de recursos pedagógicos é de fundamental importância para a aprendizagem dos alunos desde que mediada pela ação docente.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A GESTÃO PEDAGÓGICA COM FOCO NA QUALIDADE DO ENSINO: CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS DE AÇÃO FRENTE ÀS DIFICULDADES DA LEITURA – RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Maria das Graças da Silva Reis</i> <i>Lúcia Torres de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1311819121	
CAPÍTULO 2	14
A MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: O EIXO DA GEOMETRIA	
<i>Leila Pessôa Da Costa</i> <i>Regina Maria Pavanello</i> <i>Sandra Regina D'Antonio Verrengia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1311819122	
CAPÍTULO 3	25
A PRÁTICA DO JORNAL ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR PARA O LETRAMENTO INFORMACIONAL DE FUTUROS EDUCADORES	
<i>Renata de Oliveira Sbrogio</i> <i>Maria da Graça Mello Magnoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1311819123	
CAPÍTULO 4	40
ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO COMO FERRAMENTA PARA A PERMANÊNCIA E A CONCLUSÃO COM ÊXITO DOS ESTUDANTES DO CAMPUS PARNAMIRIM/IFRN	
<i>Vânia do Carmo Nóbile</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1311819124	
CAPÍTULO 5	58
ANÁLISE DE LITERATURA INFANTIL: PERSPECTIVAS PARA TRABALHO EM SALA	
<i>Bianca de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1311819125	
CAPÍTULO 6	66
AS DIFERENÇAS E A SALA DE AULA: DESAFIOS DO PROFESSOR	
<i>Anderson dos Reis Cerqueira</i> <i>Ualace Roberto de Jesus Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1311819127	
CAPÍTULO 7	73
AS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS EM MATEMÁTICA DOS ALUNOS DE PRIMEIRA SÉRIE EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO RN	
<i>Elcio Correia de Souza Tavares</i> <i>Ângela Maria Ribeiro de Lima Farias</i> <i>Graziella Nonato Tobias Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1311819128	

CAPÍTULO 8 81

ATRIBUIÇÕES, DIFICULDADES E SATISFAÇÃO DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS DE UM MUNICÍPIO CEARENSE

Gleíza Guerra de Assis Braga
Antonio Nilson Gomes Moreira
Glaucia Mirian de Oliveira Souza Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.1311819129

CAPÍTULO 9 94

BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM E ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA ANÁLISE DE IMAGENS E TEXTOS DA LITERATURA INFANTIL COMO POSSIBILIDADE DE PRÁTICA PEDAGÓGICA NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS EM ASTRONOMIA

Erica de Oliveira Gonçalves
Marinês Verônica Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.13118191210

CAPÍTULO 10 104

COMO CONTRIBUIR NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POSITIVA DE CRIANÇAS NEGRAS ENQUANTO EDUCADOR BRANCO

Thais Stefani Donato Lima
Kênia Kemp

DOI 10.22533/at.ed.13118191211

CAPÍTULO 11 121

CRIANÇAS DA NOVA ERA - UMA VISÃO DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA EDUCAÇÃO

Irani Campos Marchiori
Virgínia de Mauro Faccio Gonçalves Dias

DOI 10.22533/at.ed.13118191212

CAPÍTULO 12 131

CURRÍCULO E PLANEJAMENTO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Darlan Daniel Marcelino de Campos Pereira
Fabiana Meireles de Oliveira
Fatima Ramalho Lefone
José Aluísio Vieira
Mirian Nere
Rodrigo Leite da Silva

DOI 10.22533/at.ed.13118191213

CAPÍTULO 13 135

DIVERSIDADE ÉTNICA BRASILEIRA: COMUNIDADE RIBEIRINHA ROSA DE SARON, AM

Germana Ponce de Leon Ramírez
Ariana Dias Machado Tavares Alves
Suellen Contri Mazzo
Vanessa Pires Rocha Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.13118191214

CAPÍTULO 14 145

ESTRATEGIAS PEDAGÓGICAS PARA A SUPERAÇÃO DO ANALFABETISMO FUNCIONAL

Veruska Ribeiro Machado
Rosa Amélia Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.13118191215

CAPÍTULO 15	163
EXERCÍCIO DOCENTE NA PRISÃO POR PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO: FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO	
<i>Andressa Baldini da Silva</i> <i>Marieta Gouvêa de Oliveira Penna</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191216	
CAPÍTULO 16	175
INTERDISCIPLINARIDADE: UMA EXPERIÊNCIA NO CURSO PROEJA DE TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	
<i>Láisse Silva Lemos</i> <i>Carmencita Ferreira Silva Assis</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191217	
CAPÍTULO 17	183
INTERFACE ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO: OPORTUNIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	
<i>Edson Manoel dos Santos</i> <i>Ana Paula Pacheco Moraes Maturana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191218	
CAPÍTULO 18	198
JOGO: POSSIBILIDADES DE DESENVOLVER AÇÕES AFIRMATIVAS NO ATO DE ENSINAR	
<i>Isabela Natal Milak</i> <i>Sonia Regina Silveira Gonçalves</i> <i>Vidalcir Ortigara</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191219	
CAPÍTULO 19	213
MATERIAIS ACESSÍVEIS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS: PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS	
<i>Danielle Rodrigues Monteiro da Costa</i> <i>Airton dos Reis Pereira</i> <i>Mirian Rosa Pereira</i> <i>Elzonete Silva Cunha</i> <i>Odinete Dias Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191220	
CAPÍTULO 20	222
O LADO COLORIDO DA PROGRESSÃO CONTINUADA	
<i>Vicente de Paulo Morais Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191221	
CAPÍTULO 21	233
O QUE DEVE SER MUDADO NA NOSSA DIDÁTICA PARA ATENDER O ALUNO ATUAL DA ESCOLA?	
<i>Cilmara Cristina Rodrigues Mayoral Brunatti</i> <i>Alessandra de Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191222	
CAPÍTULO 22	240
O TRABALHO DOCENTE DIANTE DAS ADVERSIDADES: A (IN)DISCIPLINA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Liane Nair Much</i> <i>Weliton Martins da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191223	

CAPÍTULO 23	249
O USO DE JOGOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA: UM PANORAMA DAS PESQUISAS BRASILEIRAS	
<i>Talita Silva Perussi Vasconcellos</i> <i>Rosimeire Maria Orlando</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191224	
CAPÍTULO 24	259
PARCERIA DO FONOAUDIÓLOGO NO PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR DO ALUNO SURDO	
<i>Ana Claudia Tenor</i> <i>Débora Deliberato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191225	
CAPÍTULO 25	273
PRÁTICA PEDAGÓGICA: IMPORTÂNCIA MICROBIOLÓGICA DA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS	
<i>Wellington Alves Piza</i> <i>Camila Maria De Souza Silva</i> <i>Rafaela Franco Dias Bruzadelli</i> <i>Leticia Marques Ruzzi</i> <i>Gabriella Ramos de Menezes Flores</i> <i>Poliana de Faria Cardoso</i> <i>Talita Amparo Tranches Candido</i> <i>Caroline de Souza Almeida</i> <i>Ingridy Simone Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191226	
CAPÍTULO 26	277
PRECONCEITO E LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA: O QUE SINALIZAM ADULTOS SURDOS SENDO ESCOLARIZADOS	
<i>Giselly dos Santos Peregrino</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191227	
CAPÍTULO 27	286
PROCESSOS DE LEITURA EM ESCOLARES: AVALIAÇÃO EM UM CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO CER II/UNESC	
<i>Ana Júlia Rosa</i> <i>Lisiane Tuon</i> <i>Angela Cristina Di Palma Back</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191228	
CAPÍTULO 28	295
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES SOBRE ESCOLA ESPECIAL E ESCOLA REGULAR	
<i>Juliana Gisele da Silva Nalle</i> <i>Claudionei Nalle Jr</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191229	
CAPÍTULO 29	303
SENSIBILIZAR PARA EDUCAR: TRABALHANDO A SENSIBILIZAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
<i>Paulo Ivo Silva de Medeiros</i> <i>Maria Luisa Quinino de Medeiros</i> <i>Leandro dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191230	

CAPÍTULO 30	314
TIPOLOGIA DE ERROS ORTOGRÁFICOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
<i>Marília Piazzini Seno</i>	
<i>Thaís Contiero Chiaramonte</i>	
<i>Simone Aparecida Capellini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191231	
CAPÍTULO 31	321
UM EXERCÍCIO DE TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA NO CAMPO DE LETRAS/INGLÊS: CONDUÇÃO E DESDOBRAMENTOS FORMATIVOS	
<i>Vivian Mendes Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191232	
CAPÍTULO 32	328
UMA PROPOSTA DE ENSINO DO HANDEBOL PARA AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA	
<i>Isabella Blanche Gonçalves Brasil</i>	
<i>Eliane Isabel Julião Fabri</i>	
<i>Talita Fabiana Roque da Silva</i>	
<i>Lilian Aparecida Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191233	
CAPÍTULO 33	338
UMA REFLEXÃO ACERCA DO ENSINO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS E A PRÁTICA DOCENTE NÃO INDÍGENA	
<i>Vivian Cristina Balan Fiuza</i>	
<i>Germana Ponce de Leon Ramirez</i>	
<i>Isabella Loreto Viva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191234	
CAPÍTULO 34	348
HISTÓRIA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO CINEMA DE BERNARDO BERTOLUCCI	
<i>José de Sousa Miguel Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191235	
CAPÍTULO 35	357
O ENSINO DE TEATRO NOS INSTITUTOS FEDERAIS: A METADRAMATURGIA COMO ELEMENTO DE EXPLORAÇÃO DA LINGUAGEM	
<i>Rebeka Carocha Seixas</i>	
<i>Maria Eduarda Oliveira Félix da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.13118191236	
SOBRE A ORGANIZADORA	364

UMA REFLEXÃO ACERCA DO ENSINO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS E A PRÁTICA DOCENTE NÃO INDÍGENA

Vivian Cristina Balan Fiuza

UNASP, Mestrado Profissional em Educação
Engenheiro Coelho, São Paulo

Germana Ponce de Leon Ramírez

UNASP, Mestrado Profissional em Educação
Engenheiro Coelho, São Paulo

Isabella Loreto Viva

UNASP, Curso de Pedagogia
Engenheiro Coelho, São Paulo

RESUMO: Este trabalho traz à tona uma reflexão acerca da questão indígena no Brasil considerando a visão etnocêntrica instalada ao pensamento dominante e sua relação com a prática docente, tomando como base a Lei 11.645/2008 no currículo escolar. Metodologicamente este trabalho é de cunho bibliográfico. Destaca-se aqui acerca da questão indígena e sua importância no contexto escolar. Considera-se que no contexto da diversidade étnica, a educação escolar pode contribuir para desmistificar as tramas da dominação que são impostas aos povos indígenas. Além disso, é importante tratar a ideia da diferença como algo positivo fornecendo elementos para que os educandos possam construir sua identidade étnica de modo positivo, já que essa identidade não deve ser imposta aos povos indígenas, mas respeitada. O processo da prática docente,

denota permanente busca de conhecimentos tendo em vista o aperfeiçoamento profissional. Requer ainda compromisso de cada professor com seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional e, ainda, o reconhecimento de que a escola pode e deve ser tomada como eixo de sua formação. Apesar de muitos anos vivendo sob uma perspectiva etnocêntrica é preciso buscar a propagação de novas atitudes e ações de valorização da diversidade étnica, o que sem dúvida, será um avanço na formação de crianças e jovens a fim de promover um pensamento que denote respeito e socialização sem discriminação entre as diferentes culturas.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Indígena; Educação Básica; Prática Docente.

ABSTRACT: This work brings to light a reflection on the indigenous question in Brazil, considering the installed ethnocentric vision to the dominant thought and its relation with the teaching practice, taking as base the Law 11.645/2008 in the school curriculum. Methodologically, this work is bibliographical. It stands out here about the indigenous question and its importance in the school context. It is considered that in the context of ethnic diversity, school education can contribute to demystify the plots of domination that are imposed on indigenous peoples. In addition, it is important to treat the idea of difference as something positive by providing

elements so that learners can construct their ethnic identity in a positive way, since this identity should not be imposed on indigenous peoples, but respected. The process of continuous training of teachers denotes a permanent search for knowledge with a view to professional improvement. It also requires the commitment of each teacher with their own personal and professional development, and also the recognition that the school can and should be taken as the axis of their formation. Despite many years of living from an ethnocentric perspective, it is necessary to seek the propagation of new attitudes and actions for the valorization of ethnic diversity, which undoubtedly will be an advance in the formation of children and young people in order to promote a thought that denote respect and socialization Without discrimination between different cultures.

KEYWORDS: Indigenous question; Basic Education; Teaching Practice.

1 | INTRODUÇÃO

Sabe-se que a história dos povos indígenas em terra brasílica foi marcada por imposição, desigualdade, preconceito, intolerância e estigmatização. Esse era o tipo de relação que se estabelecia entre os povos indígenas e os outros segmentos da sociedade nacional desde o período colonial. Essas interpretações eurocêntricas refletem diretamente na forma como as instituições escolares ensinam acerca desses povos e sua relação no processo de construção da cultura brasileira. No entanto, na contemporaneidade, surgem discursos no campo educacional, que emergem à partir de questionamentos sobre a valorização da diferença e a diversidade cultural em relação às políticas de identidade que, em certo sentido passam a por em dúvida os sistemas de educação atuais e as práticas escolares em vigor (QUARESMA e FERREIRA, 2013).

Os processos discriminatórios sofridos pelos indígenas no Brasil remontam, principalmente, à época da chegada dos colonizadores portugueses, que não reconheceram e nem respeitaram os homens que aqui residiam, que eram donos das terras e de um saber e culturas diferentes da europeia, “causando choques físicos e culturais a essas populações que rapidamente alteraram a sua realidade. [...] o contato com missionários e colonos levaram a milhares de mortes nesse período inicial” (MACHADO e MEDEIROS, 2013, p. 89).

Embora estas situações de discriminações e racismo tenham causado dor e sofrimento, “[...] estes povos não se resignaram e resistiram ao longo dos tempos, através de diferentes movimentos, com muitas lutas e embates, não raro, custando-lhes a vida, para que fossem reconhecidos e respeitados [...]” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 6). Hoje, segundo dados da FUNAI, o censo demográfico brasileiro no ano de 2010 contabilizou que das 896 mil pessoas que se consideravam indígenas, 572 mil ou 63,8% viviam na área rural e 517 mil, ou 57,5% moravam em terras indígenas oficialmente reconhecidas.

Pode-se dizer que os povos indígenas estão em constante transmutação, ou seja, em uma reestruturação dos vários elementos de sua cultura num processo sempre contínuo de mudança cultural (CURI, 2010, p. 01). Nessa direção, as perpetuidades das culturas indígenas estão relacionadas à organização social; seus usos e costumes, assegurando a necessidade dos indígenas de possuírem um espaço próprio para o desenvolvimento de suas comunidades. Assim, não há que se pensar em integrar essas comunidades à sociedade dita dominante, mas proporcionar mecanismos legais de valorização dos elementos culturais diversos a cada povo.

Considerando que este artigo é de cunho bibliográfico e que parte desta proposta foi apresentada como comunicação oral na II jornada ibero-americana de pesquisas em políticas educacionais e experiências interdisciplinares na educação, o mesmo propõe uma reflexão acerca da questão indígena no Brasil considerando a visão etnocêntrica instalada ao pensamento dominante e sua relação com a prática docente, tomando como base as exigências da Lei 11.645/2008 no currículo escolar. Isso proporciona uma necessidade de resgatar as contribuições que os povos indígenas trazem para a construção no processo de formação da identidade cultural brasileira e também, serve como um mecanismo de combate ao preconceito e à discriminação **étnico-racial**, como também, à invisibilidade a que foram submetidos esses povos (BERGAMASHI, 2012; NEVES, 2013; PENHA, 2012; SILVA, 2007).

2 | REPENSAR O APRENDER E O ENSINAR ACERCA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Com a implementação da Lei 11.645 de 2008, exigências ética, epistemológicas e pedagógicas foram desencadeadas no sentido de estimular a aprendizagem e o ensino relacionado a cidadania tendo como referências os princípios da “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidade e direitos; ações de combate ao racismo e as discriminações” (BRASIL, 2004, p.17).

A temática acerca das questões indígenas é de suma importância e atual porque ao se aprender mais sobre a diversidade cultural indígena, aprende-se mais sobre nós mesmos. Daí a importância de se conhecer melhor as culturas indígenas dentro de suas especificidades. Isso facilitaria o exercício do respeito à diferença de uma forma geral (TASSINARI, 1998; GOBBI, 2007).

Ressalta-se que para esse contexto há a necessidade de repensar as práticas pedagógicas e as relações entre conhecimentos e metodologias, pois quando se fala em “[...] discriminação étnico-racial nas escolas, certamente estamos falando de práticas discriminatórias, preconceituosas, que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre os estudantes, professores e direção da escola (MUNANGA, 1988, p. 46).

Brito (2009) assevera que a relação ensino-aprendizagem deve ser um convite e

um desafio para alunos e professores cruzarem ou mesmo subverterem as fronteiras impostas entre as diferentes culturas e grupos sociais, entre a teoria e prática, entre a política e o cotidiano e entre a história, a arte e a vida, ou seja, é oportunizar espaços para debate acerca da socialização humana considerando as relações étnico-raciais que são problemáticas na sociedade atual e, por consequência no espaço escolar. Nessa direção, é importante que as práticas pedagógicas do professor da educação básica sejam imbuídas de oportunidades para reflexão sobre as relações sociais humanas; ações discriminatórias e (des)valorização da diversidade étnica.

Nesse sentido, “[...] é na escola que as políticas e documentos oficiais se concretizam. Os planos estaduais e municipais de educação precisam ser estruturados para atender e alcançar as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional” (LIMA e BATISTA, 2015, p. 97). E ao ponderar sobre as questões indígenas no contexto escolar as diretrizes legais constantes nos documentos oficiais não podem deixar de ser efetivadas na prática pois,

há uma riquíssima diversidade sociocultural presente no país e conhecê-las significa, entre outras coisas, aprender mais sobre múltiplas formas de organização social, política, cosmológica, etc. Respeitá-la é importante, não porque deva interessar aos não índios “preservar” as culturas indígenas - algo impensável quando se percebe as culturas perpetuamente ressignificadas e reelaboradas pelos grupos humanos -, mas porque esse respeito interessa, sobretudo, às próprias sociedades indígenas. Além disso, o reconhecimento da diversidade é uma marca das democracias e da educação para a cidadania (SILVA e COSTA, 2018, p. 21).

Há ainda necessidade de se refletir até que ponto os documentos que se estudam e que direcionam o trabalho do professor em sala de aula trazem as especificidades necessárias à prática docente e como contribuem para a concretização de uma aprendizagem significativa que permite levar o educando a pensar de forma crítica e atuar na sociedade de modo consciente, pois o que se percebe na maioria das vezes é que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2012, p. 41).

Para essas novas práticas relacionadas ao aprender e ao ensinar acerca da questão indígena é necessário desmistificar a imagem romantizada que se criou ao longo dos anos sobre os povos indígenas; é importante considerar que essas pessoas de culturas diversas existem no presente e fazem parte da sociedade brasileira, não apenas ocupando um lugar no passado ou existindo apenas nos livros de história. Esses povos, infelizmente, ainda são vistos por muitos como sendo “[...] vítimas do processo que foi chamado de ‘descobrimento’ do Brasil, ora como vítimas da ganância portuguesa ou ainda como se estivessem sido todos exterminados e não existissem mais” (MORIN, 2006, p. 56).

Freire (2005), argumenta que a educação precisa colaborar para a reflexão dos dominados, para que estes busquem conquistar os seus caminhos de libertação. O

que é importante nesse contexto, é considerar que no tocante à diversidade étnica, a educação escolar pode contribuir para desmistificar as tramas da dominação que são impostas aos indígenas. E ainda nesse sentido é importante dizer que a escola pode favorecer à reflexão e até proporcionar mudança de atitude e conscientização.

Assim, como a escola é um importante agente transformador e reproduzidor de ideias, há de se levar em consideração que esse local privilegiado pode se tornar um ambiente mais ativo na construção de uma sociedade mais justa e preocupada com a questão de uma educação voltada para o respeito à diversidade. De fato, as ações não podem ignorar a cultura que é apropriada pelos estudantes, já que a escola funciona como um campo de circulação de informações, além de criar referenciais subjetivos para a percepção das relações estabelecidas na sociedade entre os seus membros (GILAVERTE, 2014; GUSMÃO, 2000).

A escola tem o papel de prover aos alunos a apropriação da cultura, do conhecimento e da ciência acumulados historicamente, como condição para o seu desenvolvimento e para torná-los aptos à reorganização crítica da cultura. A escola é um espaço privilegiado em que se deve desenvolver uma visão crítica das informações (LIMA e BATISTA, 2015; LIBÂNEO, 2012; PARO, 1999).

Desse modo, a partir do momento em que os povos indígenas forem de fato considerados sujeitos históricos protagonistas, e os múltiplos processos de interação entre suas sociedades e as populações que surgiram com a colonização europeia forem recuperados, poderá haver uma mudança de paradigmas e visão histórica. É importante pensar em quantas gerações foram educadas com base em ideias negativas e preconceituosas em relação aos povos indígenas, povos que agora reivindicam terras, liberdade de expressão de suas culturas e direitos próprios garantidos pela Constituição Federal de 1988. Isso possibilitaria uma reescrita da história do Brasil ao serem incorporadas as histórias dos povos indígenas, contadas por eles mesmos, levando em consideração toda a diversidade (ALMEIDA, 2017).

Canclini (2011) diz que o hibridismo cultural tem em si uma ruptura da ideia de pureza que comumente é atribuída aos indígenas. Nesse processo de hibridização é vista a prática multicultural a qual permite o encontro de diferentes culturas considerando as trocas culturais expressas no comportamento, na língua, na alimentação, usos de recursos naturais e tecnológicos. O processo de hibridização é algo que acontece naturalmente como resultado das relações sociais permitidas entre dois grupos étnicos, e que no transcorrer dessas relações acontece uma permuta entre seus elementos culturais.

É imprescindível que seja compreendido que a inserção dos indígenas no mundo globalizado não significa necessariamente a perda de sua cultura. Isso significa que os povos indígenas prezam pelo direito de manter suas tradições, mas também tem “o direito de se apropriarem aos bens materiais produzidos pela modernidade, fato esse ser um dos principais argumentos da sociedade não-índia para que os direitos dos povos indígenas não sejam garantidos” (MORIN, 2006, p. 158).

Outros pontos a serem discutidos durante as práticas pedagógicas dizem respeito aos conteúdos a serem estudados/abordados nos diferentes componentes curriculares, sendo necessário uma visão multidisciplinar de Educação para respeitar a diversidade, promover o conhecimento e o desenvolvimento social (ALBUQUERQUE, 2014). Outro exemplo institucionalizado que deve ser repensado é quando se verifica os materiais didáticos utilizados nas escolas. Como afirma Cunha e Grisa (2013) ao dizerem que a história não representa o negro ou o indígena como protagonistas da história, mas sim com uma carga de discriminação nos trabalhos por eles realizados e, nesse sentido, percebe-se que o modelo dito ideal ainda é o da cultura europeia.

Ainda sobre os livros didáticos, sabe-se que este é um instrumento usado por grande parte dos educandos como um meio de construção de conhecimentos e conceitos. Por meio deles, é muito comum encontrar em seu conteúdo afirmações contra o racismo e o preconceito, porém ao serem analisados atentamente esses materiais, percebe-se que existe uma dificuldade em abordar as diferenças étnicas na sociedade brasileira atual, pois o que geralmente se faz é remeter a imagem dos povos indígenas “como se fossem um todo homogêneo, iguais entre si, fazendo parte apenas do passado” (SILVA e GRUPIONI, 1998. p. 11). São informações equivocadas, generalizadoras e que desconsideram as mudanças das sociedades indígenas ocorridas ao longo do tempo.

Percebe-se ainda nos materiais didáticos que os indígenas estão fadados a extinção ou a dominação, não se referindo a esses povos como sendo contemporâneos. Os materiais didáticos reforçam a “persistência do senso comum a respeito dos indígenas, retratando os povos de forma folclórica e sobretudo como pertencentes, exclusivamente ao passado” (SILVA e COSTA, 2018, p. 19).

É importante ressaltar que o professor, no contexto da sala de aula, em sua prática pedagógica precisa ter não apenas uma habilitação técnica, aquisição e domínio de um conjunto de informações e habilidades didáticas; mas é necessário que haja sensibilização e conscientização das reais necessidades acerca da temática da diversidade étnico-racial e que seja capaz de desenvolvê-la de modo sistematizado a temática em sala de aula (BRITO, 2009). E para que em tempo algum, não silencie nenhuma questão, é necessário saber cada vez mais como aponta Gomes (2005, p. 60) que

[...] a escola tem um papel importante a cumprir nesse debate. Os professores não devem silenciar-se diante de preconceitos e discriminações raciais. Antes, devem cumprir o seu papel de educadores, construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula. Para tal, é preciso saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro, ou seja, é preciso superar e romper com o mito da democracia racial.

Assim, faz-se necessário buscar práticas educativas que desmistifiquem tais mitos, práticas essas que possibilitem a escola oferecer uma educação de qualidade,

uma educação como ato de liberdade engendrado em um processo educativo de qualidade, pois “[...] a qualidade da educação é a busca de uma educação séria, rigorosa, democrática, em nada discriminadora nem dos renegados, nem dos favorecidos. Isso porém, não significa uma prática neutra, mas desveladora das verdades” (FREIRE, 2005, p. 42).

Além disso, abre espaço para pensar as questões pertinentes aos povos indígenas sob uma perspectiva não etnocêntrica, desmistificando “a visão de que se tem dos povos indígenas como sujeitos frágeis, passivos, selvagens, rebeldes, incivilizados e primitivos” (RAMIREZ, 2017, p. 131).

A Lei 11.645/2008 por si só pode não solucionar todos os problemas que dizem respeito ao ensino da temática indígena nas escolas, mas por meio dela pode-se articular avanços na transversalização de conteúdos que levem ao reconhecimento de uma sociedade historicamente formada por diversas culturas, tradições e etnias, dentre elas, as indígenas. Ela pode sensibilizar educadores e estudantes não indígenas a respeitar a diversidade etnoracial que rodeia a todos (SILVA e COSTA, 2018).

Como afirma Dias (2012), os pressupostos pedagógicos regem os modos que orientam o fazer e o pensar da educação. Referem-se aos elementos essenciais e gerais numa proposta educacional, incluindo a reflexão metodológica acerca dos processos educativos pautados em princípios que expressam a concepção de educação e sociedade do profissional da educação. Afinal de contas, **é na formação docente** que o professor será capacitado para incluir a temática indígena no contexto da sala de aula. Porém, isso exige-se comprometimento com as transformações sociais, exercício de análise e crítica de sua metodologias para a compreensão da estrutura social na qual se encontra, de modo a assimilar conceitos que não se limitem a meros e frágeis discursos não embasados para a abordagem das questões étnico-raciais (MELO, 2016).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, a Lei 11. 645/08 é uma ação consolidada de forma legal sendo proposto aqui uma reflexão e um repensar às práticas pedagógicas por parte do educador no ensino básico. É essencial e preciso, nesse momento, que o professor esteja buscando o conhecimento das leis e dos parâmetros que regem a educação, sua gestão, estratégias e organização no que concerne à questão etnoracial, mas em especial a questão indígena e suas implicações no cotidiano escolar. Tal postura é conveniente tanto no ambiente de sala de aula quanto nos demais espaços de convivência educativa.

É preciso compreender que os povos indígenas não ficaram parados no tempo da colonização. Eles se desenvolveram ao longo da história da mesma forma como os não índios, buscando melhorar sua qualidade de vida para a sobrevivência de seus

povos.

É preciso também coragem para enfrentar essa problemática, ter atitude para romper com uma tradição eurocêntrica de currículo, romper com a lógica da reprodução do racismo institucional, trabalhar com o lúdico buscando referências que levem os educandos a conhecer as diversas histórias das culturas indígenas, de modo que esses alunos passem a valorizar essa diversidade cultural.

Além disso, é importante tratar a ideia da diferença como algo positivo fornecendo elementos para que os educandos possam construir sua identidade étnica de modo positivo, já que essa identidade não deve ser imposta aos povos indígenas, mas respeitada. É necessário considerar que o processo de formação continuada de professores, denota permanente busca de conhecimentos tendo em vista o aperfeiçoamento profissional. Por um lado, requer compromisso de cada professor com seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional e, por outro, do reconhecimento de que a escola pode e deve ser tomada como eixo de sua formação.

A luta ainda é grande e os povos indígenas ainda não conquistaram seu lugar na história do Brasil em sua totalidade. Porém, hoje já se pode perceber avanços que contribuem para que muito em breve possa se ver e vivenciar grandes mudanças. Mudanças estas que só poderão acontecer de fato se os educadores que estão na linha de frente incentivarem a formação de crianças e jovens com pensamento crítico e capazes de mudar a sociedade da qual fazem parte buscando mais conhecimento para colocar em prática as leis que estão no papel.

Muito ainda há que se fazer e se buscar, afinal são muitos anos vivendo sob uma perspectiva etnocêntrica, portanto, não favorável aos povos indígenas. Porém a busca e a propagação de novas atitudes e ações de valorização se transformarão em novas práticas no trato da diversidade étnica, o que sem dúvida, será um avanço na formação de crianças e jovens a fim de promover um pensamento que denote respeito e socialização sem discriminação entre as diferentes culturas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Z. A. **As relações étnico-raciais negra e indígena na escola: possibilidades de ações pedagógicas reduzindo o preconceito**. Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v.3, n.1, 2014.

ALMEIDA, M. R. C. de. **A atuação dos indígenas na história do Brasil: revisões historiográficas**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882017005004101&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 31 agosto de 2017.

BERGAMASCHI, M. A. **Interculturalidade nas práticas escolares indígenas e não indígenas**. In: PALADINO, M.; CZARNY, G. (Orgs.) Povos indígenas e escolarização. Discussões para repensar novas epistemes nas sociedades latino-americanas. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2012, p. 43 - 72.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das**

relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004. <www.mec.gov.br/cne>.

BRITO, Q. M. de O. **Diversidade étnico-racial no ensino fundamental:** um estudo de caso no Colégio Municipal Honorino Coutinho Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª edição. São Paulo: UNESP, 2011.

CUNHA, A. L. da.; GRISA, G. D. Alteridade, racismo e direitos humanos: entrelaçamentos e indagações. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luis Carlos (org.). **Diversidade Cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação.** Erechim: Ideal, 2013. P.109 - 127.

CURI, M. V. **Os direitos indígenas e a constituição federal.** Consilium - Revista Eletrônica de Direito, Brasília n.4, v.1 maio/ago. de 2010.

DIAS, L. R. **Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial:** saberes e fazeres nesse processo. Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 51 set.- dez. 2012.

FUNAI. Índios do Brasil / Índios Hoje. Disponível em: www.funai.gov.br. Acesso em: 30 de março 2017.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio, 22ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2005.

GILVERTE, A. P. **Quem são os povos indígenas para os estudantes?** Reflexões sobre o currículo básico comum do estado de Minas Gerais, São Carlos: UFSCar, 2014.

GOBBI, I. **A temática indígena e a diversidade cultural nos livros didáticos de História:** uma análise dos livros recomendados pelo programa Nacional do Livro Didático. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão – In: BRASIL. Educação Anti-racista. Caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. SECAD, 2005.

GUSMÃO, N. M. M. **Desafios da diversidade na escola.** Revista Mediações, Londrina, v.5, n,2, p.9-28, jul./dez, 2000.

LIBÂNEO, J. C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira:** escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323>>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

LIMA, D. C. B. P.; BATISTA, T. C. S. **Plano Nacional de Educação e as tecnologias da informação e comunicação:** trajetória e desafios para a formação dos jovens da educação básica. EccoS, São Paulo, n. 36, p. 85-101, jan./abr. 2015. Acesso em: 18 out. 2016.

MACHADO, C. de S.; MEDEIROS, J. S. Povos Indígenas, diversidade e educação. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luis Carlos (Org.). **Diversidade Cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação.** Erechim: Ideal, 2013. p. 83 – 107.

MORIN, E. **A cabeça bem feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.

MUNANGA, K. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Editora Ática S. A, 1988.

NEVES, J. G. **Currículo intercultural**: o processo de aplicação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas da Amazônia. In: Revista Partes, V. 15, São Paulo, 2013. p.15-28.

PARO, V. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: **FERRETTI, C. J. et al. (Org.). Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola. São Paulo: Xamã, 1999. p. 101-120. Disponível em <www.edilson santos.pro.br/textos/paremdeprepararparaotrabalho.doc>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

PENHA, M. da. **A diversidade étnico-racial na escola e a temática indígena em questão**: discutindo políticas públicas para a efetivação da Lei 11.645/08. In: IV Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco, Caruaru, 13-14 de setembro de 2012.

QUARESMA, F. J. P; FERREIRA, M. N. O. **Os povos indígenas e a educação**. Revista Práticas de Linguagem, v.3, n. 2, jul./dez. 2013, p. 234-246.

RAMIREZ, G. P. L. A invisibilidade dos povos indígenas no Brasil. In: MOTTA, R. C; QUADROS, S. C. O. **Diversidade étnico-racial**: discutindo conceitos, tecendo reflexões e possibilidades para uma educação inclusiva e cidadã. Engenheiro Coelho, SP: Unaspres, Imprensa Universitária Adventista, 2017.

SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. (Orgs). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 2ª. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 1998.

SILVA, E. "**História, povos indígenas e educação**: (re)conhecendo e discutindo a diversidade cultural". In: Encontro Pernambucano de Ensino de História, Recife, 11p., 2007.

SILVA, G. J. Da; COSTA, A. M. R. F. M. da. **Histórias e culturas indígenas na educação básica**. Coleção práticas docentes. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018.

TASSINARI, A. M. **Sociedades indígenas**: introdução ao tema da diversidade cultural. In: LOPES DA SILVA e GRUPIONI (Orgs.) A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 2ª ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 1998.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-013-1

